

NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. 2ª ed. Campinas: Kírion, 2018, 396p. ISBN: 978-85-94090-05-8.

A presente obra, conforme indica o Autor na Introdução, pressupõe o estudo de sua *História da educação na Antiguidade Cristã*, publicada em segunda edição também pela Kírion (cf. infra p. 209-212). De fato, “não se pode compreender a pedagogia medieval, nem se lhe pode aquilatar a Filosofia da Educação sem o prévio conhecimento do legado doutrinário dos Antigos e dos Santos Padres” (p. 16). Isso se constata pelas frequentes referências a esses autores na presente obra.

O estilo do livro, de caráter introdutório e escrito em prosa apurada, se situa entre a forma de ensaio e de obra acadêmica. É dividido em dez capítulos, com parágrafos numerados, que podem ser lidos de modo independente, pois são autoexplicativos. Esse recurso, porém, conduz o Autor à repetição de ideias. Talvez seja esse um propósito pedagógico conforme o adágio latino *repetita iuvant*.

O capítulo inicial desfaz preconceitos e fábulas sobre a Idade Média, “essa grande caluniada”. Nunes critica acadêmicos que se haurem de fontes espúrias, denominando-os “professores ignaros”, por adotarem “compêndios de valor duvidoso”, etc. Esse “pseudoconhecimento” foi alardeado a partir do século XVI por humanistas e protestantes, e no século XVIII por enciclopedistas (p. 24-25). Evidencia-

se que as lendas negras do Medievo nasceram precisamente devido à “hostilidade contra a religião católica” (p. 29). Entretanto, muitas obras sérias do século passado – como as de Régine Pernoud – realizaram uma espécie de “exorcismo de preconceitos” (p. 30).

A mais famosa fantasia sobre o Medievo é a pecha de “idade das trevas”. Nesse sentido, recorda-se a ficção segundo a qual o “Concílio de Mâcon teria discutido a questão de saber se as mulheres têm alma” (p. 31). Igualmente falsa é a existência de “um pânico universal” por ocasião da virada do primeiro milênio depois de Cristo, por uma suposta proximidade do fim do mundo. Isso é desmentido, entre outros fatores, pelas “intensas atividades, fundações, missões, construção de igrejas” (p. 35) etc. desse tempo.

Fábula soez é a denominada “direito de pernada”, desprovida de qualquer lastro documental. Outra fraude é a divulgação de que o período medieval durou “mil anos sem banhos” (p. 38). Na realidade, o divulgador desse boato, o historiador Michelet, havia projetado a Europa moderna (máxime a França dos séculos XVI e XVII) em imaginários costumes medievais. Pernoud desmente essa falsidade, sustentando que nesse período havia razoável higiene e limpeza, graças à tradição romana do banho diário ou

ao menos hebdomadário. Lenda ainda mais absurda é aquela que apregoa a existência de uma tal papisa Joana.

O capítulo segundo serve também de introdução. Com a queda do Império Romano, a educação foi confiada naturalmente à Igreja, sobretudo após a conversão dos reis e de seus povos bárbaros. Quanto à apetência destes pelo estudo, Nunes recorda o desabafo de São Fulgêncio (séc. VI) ao rei vândalo Trasamundo, quando reporta que os bárbaros “costumavam reivindicar para si mesmos a ignorância como propriedade” (p. 61). Nunes aproveita para desfazer o mito da ineficácia do feudalismo. Explica ainda que os princípios patricêntricos e matricêntricos eram totalmente alheios à opressão enxergada por Lutero: a Virgem Maria e a Igreja eram figuras maternais que encarnavam o amor e a misericórdia; já o Papa e o clero detinham os papéis patriarcais (de proteção).

A cavalaria também é alvo de incompreensões. Recebendo da Igreja um tom evangélico, a cavalaria transformou os bárbaros em autênticos cavaleiros. Nessa esteira, nasceram os movimentos de Paz de Deus e Trégua de Deus. Outro mérito do Cristianismo foi a eficaz contribuição para o alívio dos *humiles*, os desamparados em geral, reconhecendo a dignidade universal dos homens. A *Regra de São Bento* já testemunhava que os hóspedes deveriam ser acolhidos como o próprio Cristo.

Pernoud ainda frisa que o sistema medieval era aberto para a ascensão social, e a educação de um filho de vassalo ou de um suserano não se diferenciava essencialmente uma da outra. Eis alguns exemplos: “Sugério, filho de servos, que governou a França durante a cruzada de Luís VII; Maurício de Sully, bispo de Paris que fez construir Notre-Dame, nasceu de um mendigo; São Pedro Damiano, famoso reformador e sábio, guardou porcos na infância, e um dos luminares da ciência medieval, Gerberto de Aurillac, foi pastor; o Papa Urbano VI era filho de um modesto sapateiro, enquanto o grande Papa Gregório VII era filho de um cabreiro” (p. 78; cf. p. 161).

A seguir, Nunes trata da transmissão da cultura antiga à Idade Média: “O saber antigo preservou-se nos livros que os mosteiros e as igrejas agasalharam carinhosamente” (p. 87). Cassiodoro, um dos maiores pedagogos do primigênio Medievo, escreveu as importantes *Instituições divinas e seculares*. Boécio, “o primeiro escolástico”, teve também precípua papel na educação ao organizar as artes liberais. A este, ademais, devemos a definição de eternidade (*interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio*) e de pessoa (*rationalis naturae individua substantia*). Mencione-se ainda Santo Isidoro, São Beda, Pseudo-Dionísio e São João Damasceno. O latim e a instituição dos copistas foram

instrumentos efetivos para a difusão internacional da cultura.

A Igreja forjou ainda diferentes comunidades monásticas, como as colônias de anacoretas e os cenóbios, além de outros gêneros de consagração, como a dos monges estilitas, que viviam no alto de colunas. A Ordem Beneditina foi a mais preeminente de todas, a verdadeira “educadora da Europa” (p. 110). Seu fundador prescrevia a estabilidade no lugar e o trabalho manual e intelectual, pois “a ociosidade é inimiga da alma”.

O capítulo seguinte versa sobre as escolas medievais até o século XII. Santo Agostinho é referência na orientação dos estudos nessa fase. Para ele, os jovens deveriam aprender as artes liberais e mecânicas, bem como a filosofia, para o bom proveito dos estudos da Sagrada Escritura. Comenta ainda Nunes: “A (*sic*) medida que as escolas oficiais e a dos mestres particulares, *litteratores*, foram desaparecendo, a Igreja tomou providências quanto à formação dos candidatos ao sacerdócio, a fim de lhes assegurar a instrução mínima necessária ao desempenho do ministério sacerdotal. O nível elementar desse ensino era representado pelas escolas paroquiais e o superior, pelas episcopais [...] para a formação do clero” (p. 117). Em seguida, vários concílios e os próprios bispos promulgaram documentos para incentivar o recrutamento de clérigos. Por exemplo, o IV Concílio de Toledo (633) declarou “que a ignorância é a

mãe de todos os erros e deve ser evitada principalmente nos sacerdotes que têm o dever de instruir o povo” (p. 125). Com efeito, a Igreja, nos albores do Medievo, tornou-se a *única* instituição educadora.

As escolas monásticas nasceram a partir dos cenóbios, sem ainda o florescimento da filosofia. A regra agostiniana prescrevia várias horas de estudo e a *regula monachorum*, extraída das obras de São Jerônimo, recomendava estudar os filósofos, conforme a sua utilidade. Na realidade, todos os mosteiros beneditinos da época poderiam ser considerados “escola”. A própria *Regra de São Bento* prescreve dois princípios pedagógicos no capítulo 30: “Cada idade e cada inteligência deve ser tratada segundo medidas próprias” e os que cometem faltas “serão punidos com muitos jejuns ou refreados com ásperas varas, *acris verberibus*” (p. 131).

O renascimento carolíngio é o tema principal do capítulo quinto. Foi sob o reinado de Carlos Magno, coroado imperador no ano 800, que houve, nas palavras de G. Kurth, “o esforço mais consciencioso e considerável que alguma sociedade já fez em prol da civilização” (p. 141). Seu projeto civilizacional foi por ele mesmo começado, tornando-se “promotor da literatura” e grande conhecedor do latim e do grego, além da própria língua materna.

Para Alcuíno, protagonista desse renascimento, Paris tornar-se-ia uma nova Atenas, mas superior a esta graças à doutrina cristã. Com o seu auxílio,

Carlos Magno empreende uma grande reforma eclesiástica contra o “estado geral de ignorância” (p. 146-147). Segundo o imperador, “a linguagem correta, *recte loqui*, agrada tanto a Deus como a vida honesta e que mestres e alunos devem saber ordenar e ornamentar as frases. Ele revela que nos últimos anos recebeu dos mosteiros muitos escritos piedosos vasados em linguagem espúria, *sermo incultus*, e que a língua desprovida de erudição, *lingua inerudita*, não consegue exprimir a contento os pensamentos inspirados por piedosa devoção, e acrescenta que a compreensão da Sagrada Escritura é prejudicada pela incompetência literária. [...] No Concílio de Aix-la-Chapelle, em 802 [*sic*: na realidade, foi em 803], Carlos Magno determinou o programa de estudos para os candidatos ao sacerdócio. Na capitular de 803, prescreve resumidamente que os padres conheçam a Sagrada Escritura, o saltério, o ritual do batismo, o penitencial, o cômputo e o canto” (p. 147-148). Outros concílios ainda incentivavam o gosto pelas letras. Infelizmente, o auge carolíngio durou pouco, devido à instabilidade social provocada por ataques e invasões normandas entre o segundo quartel do século VIII e o fim do século X. Assim mesmo conservou-se o núcleo da cultura ocidental nos mosteiros e seus *scriptoria*.

O capítulo seguinte versa sobre os programas de ensino e a pedagogia na

primeira Idade Média. Conforme atesta Nunes, o estudo e a cultura eram até então apanágio do clero. Por isso, mais tarde, “clérigo” tornou-se sinônimo de intelectual e letrado. As artes liberais – aprendidas por meio do “livro” (do latim *liber*) – “ajudam o homem a libertar-se da ignorância e a evitar o erro” (p. 165).

As mulheres tinham papel fundamental na educação, como se demonstra pelo *Manual de Dhuoda*, redigido por uma aristocrata a seu filho Guilherme. Trata-se da “obra mais original da pedagogia no período carolíngio e no seu gênero é única na primeira parte da Idade Média. [...] Dhuoda assenta a educação nas profundas convicções religiosas para ajudar o filho a ser um homem de bem e um cristão esclarecido e coerente” (p. 178).

Os três capítulos seguintes (7-9) são os mais importantes da obra.

O capítulo sétimo trata do renascimento do século XII, somente possível graças à grande reforma de costumes e de mentalidades nascida pela fundação cluniacense e pela “ação decidida e eficaz de papas reformadores” (p. 204).

Nesse período surgiram, porém, várias heresias, como a dos cátaros e a dos valdenses. Ao mesmo tempo, nasceram ordens religiosas com o intuito de combatê-las, como a dos premonstratenses, bem como ordens de cavalaria para proteger os lugares santos e seus peregrinos.

Os estudos de filosofia foram retomados de modo orgânico, com novas traduções de Aristóteles e seus comentários. Por volta do ano 1141, Teodorico de Chartres “afirma que os dois instrumentos básicos para filosofia são a reflexão ou compreensão intelectual e a expressão adequada. Ora, quanto à primeira, o *quadrívio* ilumina o intelecto e, quanto à segunda, o *trívio* permite a manifestação conveniente e elegante do pensamento” (p. 207). Nesse mesmo período floresce a escola do mosteiro de São Vitor e as escolas episcopais, como a de Notre-Dame. Nasce também as escolas técnicas. Os clássicos latinos são retomados e os programas escolares aprimorados, conforme o dito de Pseudo-Catão: “Trata de aprender e nunca deixes de estudar, pois a vida sem conhecimentos é imagem da morte” (p. 219). Os estudos de gramática se aperfeiçoam, e Bernardo de Utrecht repete Cassiodoro, “ao declarar que livro vem de livrar, *liber dicitur a liberando*, porque o livro nos livra do erro, [...] já que a pessoa entregue à leitura se livra das preocupações e compromissos do mundo” (p. 220).

Uma das mais célebres criações medievais foi a universidade, surgida pelo desenvolvimento das escolas catedrais e pelo renascimento do século XII. A formação do método escolástico e os manuais de teologia em forma de “suma” também contribuíram para o seu sucesso. Formadas espontaneamente

com base em corporações de docentes ou estudantes, as universidades foram reconhecidas oficialmente por reis e papas, tendo Paris e Bolonha como protótipos. Entre os manuais de estudo utilizados em Paris, destacam-se as *Sentenças* de Pedro Lombardo e a *História Eclesiástica* de Pedro Comestor.

Nunes ainda comenta a criação do sistema de graduações: “Entrava-se na Faculdade de Artes com a idade de 15 anos. O curso durava quatro anos e, após longos exames (*determinatio*), o estudante tornava-se *bacharel*. Aí ele fazia um estágio de dois anos, a explicar textos e a participar de exercícios escolares sob a orientação do mestre. Findo o estágio ele obtinha a *licentia docendi*, licença para ensinar, e o título de *magister artium*, equivalente a doutor, com vinte e um anos, estando apto para cursar teologia, direito e medicina. [...] Na Faculdade de Teologia, depois de seis anos de estudos como ouvinte, o estudante passava à categoria de bacharel. [...] De acordo com estatutos de 1215, a idade mínima para ensinar teologia era 35 anos, após o curso de Artes e os nove de Teologia” (p. 241). Outro fato curioso: “Antes do século XIV as universidades não possuíam prédios próprios e as aulas eram ministradas em salas, em claustros e até ao ar livre” (p. 242). As universidades receberam ainda notável contribuição docente das Ordens Dominicana e Franciscana.

Sobre a escolástica versa o capítulo nono. Para Grabmann, “a filosofia escolástica ostenta, antes de tudo, um selo metafísico” (p. 255), e o pensamento medieval trabalha com base em dois fatores: a *auctoritas* e a *ratio*, aplicando a lógica à doutrina sagrada. Seus primeiros desenvolvimentos já são encontrados em Boécio, mas foram Santo Anselmo e Abelardo que formaram propriamente a escolástica. Ademais, diversas formas de explanação textual foram adotadas, tais como a *lectio*, as *glosas*, as *sententiae* e as *quaestiones*; estas consideradas “o eixo do método escolástico em que um tema é examinado de modo exaustivo” (p. 261). Ainda mais apuradas eram as disputas (*quaestiones disputatae*), espécie de torneio intelectual. As traduções dos clássicos se difundiram ainda mais no século XIII, proporcionando grande progresso científico. Nesse sentido, no comentário ao *De anima*, o Aquinate oferece um belo exemplo de amor pela verdade, sem prejuízos: “Devem escutar-se as opiniões dos Antigos, por vetustas que sejam, pois, assim podemos apropriar-nos do que falaram certo e evitar o que disseram de errôneo” (p. 270).

Seria exagerado atribuir ao Oriente islâmico a origem do método escolástico. Ademais, o próprio método *sic et non* (pró e contra), isto é, o exame dialético de opiniões, sequer foi uma invenção de Abelardo, pois já fora usado pelos gregos, em particular Aristóteles.

Em contrapartida, a universidade o instituiu metodologicamente no pensamento humano, conforme as famosas *Sumas Teológicas* e os acalorados debates teológicos. O melhor exemplo dessa integração foi São Tomás, com sua síntese filosófico-teológica, contribuindo e corrigindo seus antepassados. Na realidade, nele se concretizou “o antigo plano patrístico de conciliar a filosofia racional e o pensamento grego com a sabedoria cristã” (p. 276).

Houve, contudo, uma reação contrária à utilização do aristotelismo na sagrada doutrina, pela infundada suspeita de que a filosofia trazia no bojo certos erros contrários à fé cristã. Para esses detratores, “cegos pela fúria sectária e pela ignorância profunda da questão, era como se a concepção albertino-tomista se confundisse com o averroísmo, e merecedor [*sic*], portanto, da mesma execução” (p. 281). Por certo, isso se reflete na atabalhoada lista de 219 erros promulgada pelo Bispo Tempier em 1277, alguns deles referentes a doutrinas tomistas. Ora, essa condenação “teve efeitos danosos para o estudo da filosofia no fim da Idade Média, pois atrasou-o e impediu que muitos filósofos sinceramente cristãos se lançassem nas novas sendas do pensamento abertas pelo gênio do Aquinate” (p. 282). Conforme Steenberghen, não se tratava aqui de uma simples reação ao aristotelismo, mas propriamente de uma “crise da inteligência cristã” (p.

282). Nunes comenta: “Finalmente, ao incluir o tomismo na mesma reprovação do averroísmo, do naturalismo e da magia, o decreto de 1277 sufocou a vida intelectual de Paris durante meio século, retardou o progresso da filosofia, revitalizou o aristotelismo eclético superado por Santo Tomás assim como envenenou as polêmicas das escolas” (p. 282-283). Os estudos tomistas ficaram, pois, truncados por muito tempo por uma precipitada decisão.

Crises se seguiram: “À semelhança do que se passou na Grécia clássica, o apogeu cultural na Idade Média foi de curta duração, se bem que os homens tenham sido mais venturosos” (p. 295). Le Goff frisava “a distância sempre maior entre o trabalhador intelectual das escolas medievais dos séculos XII e XIII e o catedrático ou professor argentário do século XV” (p. 299). A nova fase, caracterizada pelo psitacismo, foi rigorosa por um lado, mas sem novidades substanciais. No século XIV nasceu – e hoje permanece... – a classe de certos “mestres desnaturados, sem competência e sem ideal, meros caçadores de salários, [...] os coveiros das escolas médias e superiores” (p. 305). Isso foi ainda agravado pelo abuso de distribuição de títulos universitários a estudantes ineptos, pela decadência das ordens religiosas e a proliferação de reveses de ordem civil e religiosa, como a Guerra dos Cem Anos e o Grande Cisma do Ocidente em 1378. Apesar disso, as luzes da Idade Média

continuaram a brilhar de alguma forma até o seu ocaso e até hoje nos iluminam de alguma forma.

Por fim, cabem ainda algumas observações sobre o texto. Esta segunda edição, embora tenha o grande mérito de reeditar uma obra praticamente esquecida, não adota, como seria desejável, o novo acordo ortográfico, único admissível desde o início de 2016. Uma agravante é que a presente edição acrescenta ou repete vários equívocos da primeira, a maioria referente a palavras de línguas estrangeiras. Eis alguns exemplos: *Fra[n]çois Plaine* (p. 33); *l'na [l'an] Mille* (idem); *Historiarum [Livri] Libri Quinque* (p. 35); *qui suit Jce.t [cette] bénédiction* (p. 37); *Die Papstafabeln [Papst-fabeln] des Mittelalters* (p. 45); *Encyclopedie [Encyclopédie]* (p. 48); *Évolucion [Évolution]* (p. 52); José [Joseph] de Maistre (p. 76); *Histoire des conciles d'après [d'après] les documents* (idem); *suzerano [suserano]* (p. 78); *a sacerdotal[i] tutela foveantur* (p. 92); A [À] medida que as escolas [...] foram desaparecendo (p. 117); *secundam [secundum] consuetudinem* (p. 118); *Biblioteca Sa[n]ctorum* (p. 124); *San Augustin [Agustín]* (idem); *nimum totó [toto] gens* (p. 151); Teodorico de Chantres [Chartres] (p. 207); “*in hac littera use [usi] sumus*” (p. 240); *Geschichte des römischen Rec[h]*

ts im Mittelalter (p. 246); Santo A[I]berto Magno (p. 248); *Geschichte der jcholastischen [scholastischen] Methode* (p. 258); *La faculte [faculté] des Arts*; demonstra quo [que] o intelecto... (p. 290); questão 49 da Iª-I[I]ª (idem). Há ainda vários equívocos da redação em francês nas notas de rodapé das páginas 36-37, como a grafia de “um” para “un” e “em” para “en”.

Da parte do próprio Autor, vale reforçar ainda que ele se utiliza de modo exagerado e desnecessário de diversas expressões alemãs (p. 170-172). Por fim,

segundo ele, os muçulmanos “já haviam dominado toda a Espanha” no ano 712 (p. 140). Todavia, não se pode esquecer que a ambição islâmica da conquista ibérica foi freada ao norte pelo rei das Astúrias, Dom Pelágio (Pelayo).

Não obstante, trata-se de uma eficaz introdução para o tema da educação na Idade Média. Período que tem tanto a nos ensinar.

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)